

**Área de Concentração: Direito  
Econômico, Financeiro e Tributário  
Subárea: Direito Financeiro  
Nível: Doutorado**



**PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA  
FACULDADE DE DIREITO DA USP 2027  
Primeira Fase: Prova de Conhecimentos  
Jurídicos**

### Instruções

1. Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
2. Verifique se o seu nome está correto na capa deste caderno e se corresponde à área (subárea) e ao nível em que você se inscreveu. Informe ao fiscal de sala eventuais divergências.
3. Durante a prova, são **vedadas** a comunicação entre candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, eletrônico ou impresso, e de aparelhos de telecomunicação.
4. A prova deverá ser feita utilizando caneta esferográfica com **tinta azul ou preta**.
5. Escreva com letra legível e não assine sua dissertação, para não permitir a sua identificação.
6. A resposta deverá ser escrita exclusivamente nas linhas destinadas a ela. O verso das folhas poderá ser utilizado para rascunho e não será considerado na correção.
7. Não haverá tempo adicional para transcrição do rascunho para as folhas definitivas de resposta.
8. Duração da prova: **2 horas e 30 minutos**. Somente será permitida a saída definitiva a partir das **14h15**.
9. Lembre-se de que a FUVest se reserva o direito de efetuar procedimentos adicionais de identificação e controle do processo, visando a garantir a plena integridade do exame. Assim, durante a realização da prova, poderá ser coletada por um fiscal uma foto do(a) candidato(a) para fins de reconhecimento facial, para uso exclusivo da USP e da FUVest. A imagem não será divulgada nem utilizada para quaisquer outras finalidades, nos termos da lei.
10. Ao final da prova, será **obrigatória** a devolução deste caderno.

### Declaração

Declaro que li e estou ciente das informações que constam na capa desta prova, na folha de respostas, bem como dos avisos que foram transmitidos pelo fiscal de sala.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA

O(a) candidato(a) que não assinar a capa da prova será considerado(a) ausente da prova.

RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO

Área de concentração: **Direito Econômico, Financeiro e Tributário**

Subárea: **Direito Financeiro**

# 01

Sobre o orçamento público, responda:

- Defina o conceito e identifique quais as funções do orçamento público. (até 1,0 ponto)
- O que caracteriza o aspecto republicano do orçamento? (até 1,0 ponto)
- Discorra sobre o processo legislativo do orçamento. (até 1,0 ponto)
- Esclareça como se opera o controle sobre a execução orçamentária. (até 1,0 ponto)
- Explique se o orçamento pode ser objeto de controle de constitucionalidade. (até 1,0 ponto)

## 02

Sobre a Constituição Financeira e o papel das leis complementares, responda:

- Explique o conceito de Constituição Financeira. (até 1,0 ponto)
- Discorra sobre o sistema de fontes e as leis complementares. (até 1,0 ponto)
- O que se entende por normas gerais de direito financeiro e quais suas hipóteses de cabimento na Constituição Financeira? (até 1,0 ponto)
- Defina competências concorrentes e esclareça se as unidades federativas podem legislar supletivamente em matérias de direito financeiro. (até 1,0 ponto)
- Explique o papel da lei de responsabilidade fiscal. (até 1,0 ponto)

[illegible]

RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO



RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO



RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO



RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO



RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO



RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO



RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO



RASCUNHO

NÃO SERÁ

CONSIDERADO NA

CORREÇÃO





Área de concentração: **Direito Econômico, Financeiro e Tributário**

Subárea: **Direito Financeiro**

**ESPELHO DE CORREÇÃO**

**NOTA** – Todos os itens do quesito devem ser avaliados pelo conjunto das respostas, com atribuição de nota de 0 a 1 (decimais) em cada um dos subitens (ou 0,5 no especificado).

---

**01 – Valor 5,0 pontos**

Sobre o orçamento público, responda:

- a. Defina o conceito e identifique quais as funções do orçamento público. (até 1,0 ponto)
- b. O que caracteriza o aspecto republicano do orçamento? (até 1,0 ponto)
- c. Discorra sobre o processo legislativo do orçamento. (até 1,0 ponto)
- d. Esclareça como se opera o controle sobre a execução orçamentária. (até 1,0 ponto)
- e. Explique se o orçamento pode ser objeto de controle de constitucionalidade. (até 1,0 ponto)

**CRITÉRIOS DE CORREÇÃO**

- a. O candidato deverá expor o conceito de orçamento e identificar as tipologias das funções, consideradas como limitação legislativa à autorização das despesas e estimativas de receitas, planejamento, transparência ou publicidade, controle dos gastos públicos e efetividade dos direitos e liberdades fundamentais.
- b. O candidato deverá analisar fundamentalmente a questão das capacidades financeiras, tanto a (1) *contributiva*, que diz respeito ao âmbito da arrecadação, isto é, deve cobrar mais de quem tem ou possui mais, quanto (2) a *receptiva*, que diz respeito à capacidade de recebimento de prestações civilizatórias (serviços públicos) por parte daquela parcela da sociedade que deles mais necessita. É importante, ao final, correlacionar as duas, a fim de demonstrar o perfil republicano na dimensão *funcional* do orçamento. E também tratar sobre a função distributiva do orçamento público.
- c. O candidato deverá demonstrar os principais requisitos do processo legislativo do regime constitucional orçamentário, com indicação das fases do ciclo orçamentário, prazos e diferenciações conforme hipóteses das leis (PPA, LDO e LOA).
- d. O candidato deverá esclarecer sobre a execução orçamentária e como o controle opera efeitos com o poder legislativo (no acompanhamento e quanto aos créditos suplementares, especiais e extraordinários) e pelo Tribunal de Contas.
- e. O candidato deve demonstrar conhecimentos sobre a jurisprudência do STF.

---

**02 – Valor 5,0 pontos**

Sobre a Constituição Financeira e o papel das leis complementares, responda:

- a. Explique o conceito de Constituição Financeira. (até 1,0 ponto)
- b. Discorra sobre o sistema de fontes e as leis complementares. (até 1,0 ponto)
- c. O que se entende por normas gerais de direito financeiro e quais suas hipóteses de cabimento na Constituição Financeira? (até 1,0 ponto)
- d. Defina competências concorrentes e esclareça se as unidades federativas podem legislar supletivamente em matérias de direito financeiro. (até 1,0 ponto)
- e. Explique o papel da lei de responsabilidade fiscal. (até 1,0 ponto)

**CRITÉRIOS DE CORREÇÃO**

- a. A Constituição financeira deve ser qualificada como a parcela material de normas jurídicas integrantes do texto constitucional, composta pelos princípios, competências e valores que regem a atividade financeira do Estado, na unidade entre obtenção de receitas, orçamento, realização de despesas de todas as competências materiais, financiamento do federalismo, custos dos direitos e liberdades, gestão do patrimônio estatal, bem como da intervenção do Estado.

- b. As leis complementares precisam ser diferenciadas pelo conteúdo, nas matérias reservadas, e pelo aspecto formal, quanto ao processo legislativo.
- c. As normas gerais de direito financeiro devem ser examinadas tanto pela definição quanto pelas hipóteses que a Constituição reserva para estas espécies.
- d. A constituição opera com competências bem demarcadas e limitações constitucionais a estas competências O art. 24 traz as regras sobre matérias que os estados podem exercer o poder de legislar supletivamente, até que venham leis complementares típicas. A jurisprudência do Supremo autoriza essa possibilidade. O federalismo fiscal deve ser explicado.
- e. O candidato deve explicar as funções da LRF quanto a receitas, despesas e orçamento como norma geral.